

POBREZA E TRABALHO INFANTIL: O CASO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI EM VIÇOSA/MG¹

POVERTY AND CHILD LABOR: THE CASE OF THE CHILD LABOR ERADICATION PROGRAM – (PETI) IN VIÇOSA / MG

Viviani Silva Lirio²
Karine de Almeida Paula³
Nora Beatriz Presno Amodeo⁴

1. RESUMO

A pobreza é um tema de pesquisa desafiador, que permeia e condiciona uma série de outras temáticas importantes para a sociedade. Nesse espaço de análise, este trabalho teve o objetivo de analisar o padrão e os condicionantes principais do trabalho infantil no município de Viçosa – MG; além disso, buscou-se compreender o perfil da ação institucional no município. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com diferentes agentes – gestores, representantes das escolas e pais de alunos. Os resultados mostraram que, como relatado em outras pesquisas, a incidência de trabalho infantil tende a concentrar-se nas periferias, indicando que se destaca, nos determinantes do trabalho infantil, o fator renda, refletido na pobreza familiar. Observou-se, também, que o sexo do chefe da família, a escolaridade dos pais, a idade em que os pais começaram a trabalhar e o local de residência foram os fatores mais recorrentemente citados como capazes de influenciar, significativamente, o trabalho infantil.

Palavras chaves: Trabalho Infantil. PETI. Viçosa (MG).

¹ A amostragem utilizada neste trabalho, assim como informações adicionais sobre o PETI em Viçosa (MG), foram coletadas em campo durante pesquisa de Iniciação Científica, já concluída, intitulada “O trabalho Infantil no Município de Viçosa (MG): perfil, condicionantes a ações institucionais”, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

² Professora (Doutora) do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil – vslirio@ufv.br

³ Geógrafa. Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil – karinealmeida.ufv@gmail.com

⁴ Professora (Doutora) do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil – npresno@ufv.br

2. ABSTRACT

Poverty is a challenging research topic that permeates and affects a number of other important issues for society. In the space of analysis, this study aimed to analyze the pattern and the main determinants of child labor in Viçosa - MG, in addition, sought to understand the profile of the institutional action in the city. To this end, semi-structured interviews were conducted with different stakeholders - managers, school representatives and parents. The results showed that, as reported in other studies, the incidence of child labor tends to focus on the periphery, indicating that stands out in the determinants of child labor, the income factor, as reflected in household poverty. There was also that the sex of household head, parents' education, age when parents began to work and place of residence were the factors most widely cited as being capable of significantly influencing child labor.

Keywords: Child Labor. PETI. Viçosa (MG).

3. INTRODUÇÃO

A pobreza é um tema grave, crônico e de raízes ancestrais. Apesar de sua antiguidade, ainda hoje a sociedade discute esse problema com vistas a compreender sua dinâmica e a buscar formas de minorar seus efeitos devastadores, dentre os quais a fome, a doença, a violência e a construção de um círculo vicioso de difícil superação. Pesquisadores modernos se esforçam, de maneira mais evidenciada, em investigações multifacetárias sobre suas origens, dando mostras de que se manifesta, nos dias de hoje, um processo de humanização talvez mais profundo, e porque não dizer, otimistamente, mais sustentado, apesar das grandes dificuldades ainda existentes.

Atualmente, o debate sobre a temática da pobreza se faz presente nos mais diversos fóruns e áreas de conhecimento: sociológicos, psicológicos, econômicos, políticos e administrativos, bem como surge em discussões entre os profissionais da saúde e da educação. Isso ocorre porque, apesar de tratar-se de fenômeno facilmente observável, em todas as nações e sociedades, o espectro de suas causas é demasiadamente amplo para ser abordado por apenas uma área do conhecimento humano. Nesse sentido, Machado (2006, p. 3), afirma que

Um problema inicial na formulação e acompanhamento das políticas de combate à pobreza é a indefinição ou limitação das concepções adotadas. A redução da pobreza [...] se refere à mensuração feita através de linhas de pobreza, que ressaltam, basicamente, a componente renda como definidor daquela situação. Contudo, são inúmeras as críticas quanto ao caráter limitado desse componente para a descrição daquele fenômeno. Dessa forma, dever-se-ia observar a pobreza como um fenômeno multidimensional e, a partir daí, delimitar de forma concisa qual a definição de pobreza que se está utilizando.

De fato, corroboram a visão dessa autora diferentes trabalhos⁵ (que ela mesma referencia) que mostram que apenas a indicação dos limites mínimos sobre ingestão de alimentos (fome crônica) ou ausência completa de moradia, por exemplo, como delimitação para a categoria daqueles que se enquadrariam como ‘pobres’, é um procedimento por demais simplificador. Em outras palavras, apesar de saber-se da necessidade de se construir números e índices para apoiar as tomadas de decisão em políticas públicas, esse procedimento precisa ser zeloso e ético, para que não se caia no equívoco de transformar pessoas e famílias em códigos alfa-numéricos.

Um exemplo esquemático da amplitude dos fatores que podem ser identificados como causais na questão da pobreza pode ser observado na Figura 01. Nela, é possível constatar que as questões econômicas e políticas, usualmente as mais citadas (quando não as únicas) quando esse tema surge em pauta, apenas compõem o conjunto da extensa gama de fatores listados (além dos aqui não identificados) como origens da pobreza.

⁵ Ver, por exemplo, RAVALLION, 1996; SALAMA, VALIER, 1997; WORLD BANK, 2002; LADERCHI et al., 2003, dentre outros.



Figura 01 – Esquema representativo dos aspectos multicausais da pobreza.

Fonte: Adaptado de AMODEO, 2005.

Envolvem-se e interpenetram-se, em movimentos de difícil mensuração e previsibilidade, variáveis como história de formação da sociedade, mecanismos de ocupação e posse da terra, acesso à educação/saúde, gênero, etnia, questões religiosas, formatos políticos e mecanismos institucionais disponíveis, existência de conflitos, acesso ao trabalho, entre outras questões importantes. Destaca-se, inclusive, o sentido múltiplo das setas indicando os movimentos de fluxo direto e de *feedback* presentes entre os elementos considerados.

Nesse contexto, este artigo pretende contribuir, ainda que de forma modesta, para a reflexão sobre esse tema, ao mesmo tempo desafiador - pela exposição que concede a quem dele se aproxima -; fascinante, pela sua complexidade; e temido, pela dor que proporciona. Naturalmente, assim como os demais capítulos que compõem este documento, a aplicação aqui apresentada decorre de uma pesquisa que tem foco associado a um tema correlato ao da pobreza. No caso específico aqui abordado, trata-se de pesquisa realizada ao longo de dois anos, no município de Viçosa - MG, com crianças e famílias atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cuja totalidade integra o grupo de pessoas pobres do referido município.

Como será possível perceber, o tema abordado, apesar de tangenciar a questão da pobreza em uma perspectiva indireta, descortina fatores objetivamente relacionados à questão da pobreza: dificuldades de acesso à alimentação e à educação, limitações nas condições para apropriação do saber, nível educacional dos pais e carência financeira. Naturalmente, não será possível, nem mesmo oportuno, que todos os resultados da pesquisa sejam aqui apresentados, de modo que o que aqui se abordará apenas servirá de ilustração para um tema igualmente grave, e parceiro recorrente da pobreza: o trabalho infantil.

Por tratar-se de um problema social crônico, a temática tem despertado o interesse de muitos pesquisadores, movimentos, órgãos e entidades, que questionam o real papel do governo e da sociedade, na minimização, quando não na erradicação do trabalho infantil. É certo que, muitas vezes, surgem debates sobre os limites entre o processo de aprendizagem e auxílio às famílias, e o conceito de trabalho infantil, propriamente dito. Por essa questão, e buscando tecer contornos mais diretos ao objeto de estudo, nesta pesquisa considerou-se como trabalho infantil, a prática do trabalho remunerado de crianças e adolescentes realizado fora dos domicílios e com efeitos sobre a formação educacional deles.

No escopo das preocupações com o tema do trabalho infantil, surgiram várias propostas de ação, vinculadas às mais diferentes instâncias, sejam elas privadas ou institucionais. Dentre elas, destaca-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado pelo Governo Federal em 1996, cujo principal objetivo é “retirar crianças e adolescentes, com idade inferior a 16 anos, do mercado de trabalho precoce”, mediante a concessão, às famílias, de uma bolsa auxílio, com valores que variam de acordo com a localidade.

O programa, em Viçosa-MG, surgiu em 2001, mediante parceria realizada pela Secretaria de Assistência Social, e contou com o apoio efetivo de algumas instituições de amparo a pessoas carentes. Àquela época, foram inicialmente atendidas 10 crianças que atuavam nos lixões da cidade; atualmente, o programa atende a diversas crianças e adolescentes oriundos de diferentes tipos de trabalho, em sedes distribuídas espacialmente pelo município, na área central, nas áreas periféricas e nos distritos.

Sendo assim, a problemática do trabalho em questão se circunscreve ao seguinte questionamento: Quais condicionantes, além da pobreza, poderiam ter relação direta

com o trabalho infantil no município de Viçosa – MG? Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo geral analisar o padrão e os principais condicionantes do trabalho infantil no município de Viçosa – MG, assim como, compreender o perfil da ação institucional no município.

A contribuição central da pesquisa dá-se no sentido de responder a perguntas fundamentais para o melhor conhecimento sobre a dinâmica do trabalho infantil, nos aspectos econômico, social e político. Há de salientar também, que os dados obtidos durante o trabalho poderão fornecer subsídios importantes para o embasamento de outras pesquisas e literaturas específicas sobre o perfil e os principais condicionantes do trabalho infantil, bem como a sua relação com a pobreza.

4. REVISÃO DE LITERATURA

A expressão trabalho infantil pode ter significados distintos, em sociedades e épocas diferentes. A própria infância possui definições que se modificam de um país para o outro, sendo que, em alguns, pode estar relacionada com a idade cronológica e, em outros, com fatores sociais e culturais (KASSOUF, 2005).

De acordo com Silva (2003), nem todo trabalho executado na infância é prejudicial, pois os pais precisam ensinar a seus filhos a exercerem certas atividades dentro de casa e na sociedade, ajudar em alguns afazeres domésticos, atividades leves que desenvolvam certa disciplina. No entanto, haverá exploração do trabalho quando este for extremamente penoso, humilhante, incompatível com a escola, roubando-lhe a infância e o tempo destinados ao lúdico, causando sérios problemas relativos à integridade física e psíquica do indivíduo.

Segundo Cosendey (2002), no início do processo de industrialização, várias famílias oriundas do campo chegaram à cidade, aos aglomerados urbanos. A luta pela sobrevivência das famílias camponesas, nesses núcleos urbanos, foi árdua, pois não estavam preparados para exercerem funções que lhes rendessem boa remuneração. Assim, terminaram por acatar baixos salários, passando a incluir mães e filhos na lida para complementar a renda familiar.

A época da Revolução Industrial apresentava um quadro muito difícil, com relação à situação de crianças e mulheres, já que as fábricas têxteis absorviam essa mão

de obra, em condições extremamente precárias. Conseqüentemente, desde a mais tenra idade, vários meninos e meninas foram colocados à mercê de trabalhos penosos, passando a executar, repetidamente, tarefas árduas, insalubres e enfadonhas. A escolarização e a instrução oferecidas a essas crianças eram de baixa qualidade, dada à existência de escolas carentes e à presença de professores, muitas vezes, despreparados para enfrentar os desafios da educação em situações de insuficiência material e emocional. A tudo isto se somava o desgaste físico, a falta de motivação e o esgotamento dessas crianças perante longas jornadas de trabalho (SILVA, 2003).

De acordo com Bonis⁶ (2003), ao se estudar a questão do trabalho infantil é estritamente importante lançar um olhar ao passado; afinal, o trabalho infantil não é algo que surgiu recentemente no Brasil. Ao se proceder esse recuo, logo vem à tona o passado escravocrata, em que existiam muitas formas de trabalho infantil que ainda persistem atualmente; sendo essas as mesmas formas de trabalho que eram comumente praticadas pelos escravos nos séculos XVIII, XIX e, até mesmo, antes disso.

É certo que ainda sobrevive na memória social a visão de que, antigamente, os filhos trabalhavam juntamente com os pais, aprendendo um ofício absorvido gradualmente, sem cobranças ou excesso de responsabilidades. No entanto, o que se observa, hoje, são casos em que a criança pobre é obrigada a trabalhar precocemente para ajudar no sustento da família, como afirmou Cosendey (2002).

Além disso, para Cardoso (1998), não se pode apenas julgar uma família, condenando-a do ponto de vista moral e ético, por utilizar mão-de-obra do filho para ajudar na sobrevivência familiar. Afinal, no momento de desespero, os pais tendem a recorrer ao trabalho dos filhos, mas a questão é que essa responsabilidade não deveria ser da criança, e sim do Estado e da sociedade. Normalmente, os filhos explorados pelo trabalho infantil são oriundos de pais que também passaram por tal situação, sem oportunidades de escolarização, e que não conseguiram interromper o círculo vicioso.

É notório observar ainda que, a partir do momento em que se aumenta o nível de escolaridade dos pais, a probabilidade de a criança trabalhar diminui ainda mais. No caso do pai, se ele tiver um nível de escolaridade maior, esta também influenciará, positivamente, na escolaridade de seus filhos, tendo probabilidade maior com relação

⁶ Discurso extraído dos Anais do III Fórum Social Mundial – Um futuro sem trabalho infantil, realizado em 2003, em Porto Alegre – RS.

aos meninos, de acordo com Peres (1999). Quanto mais tarde a criança ingressar no mercado de trabalho, maior provavelmente, será a sua escolaridade.

Uma das causas mais óbvias do trabalho infantil é a *pobreza*. De fato, tem motivado diversas famílias a incorporar seus filhos no mercado de trabalho. Mas, tem-se que ter em mente que não constitui a única razão, afinal, juntamente com ela, há outros aspectos da cultura enraizados em tradições sociais.

Além da pobreza, mencionam-se outros fatores que influenciam a inserção no trabalho infantil, como a já mencionada escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe da família, a idade em que os pais começaram a trabalhar e os locais de residência. Muitas crianças tendem a trabalhar mais quanto maior for o número de irmãos, principalmente mais novos. Normalmente, o irmão mais novo tem menor probabilidade de vir a ingressar no mercado de trabalho, se comparado ao irmão mais velho, logo, algumas crianças trabalham para permitir que as outras estudem (KASSOUF, 2005).

A área rural abriga maior contingente de trabalhadores infantis, porém a pobreza não é o único fator determinante na zona rural. Outras razões, como a infraestrutura escolar ruim e a carência de inovação tecnológica na área rural, podem levar as crianças a abandonarem a escola em troca da inserção em setores informais e trabalhos agrícolas familiares, que exigem menor qualificação (KASSOUF, 2005).

Para Silva J. Ferreira Júnior e Antunes (2002), há duas características marcantes presentes no trabalho infantil, a primeira refere-se ao fato do trabalho ser predominante em atividades agrícolas e a segunda, é estar fortemente associado ao setor informal. Ao concentrar-se nos setores informais, o trabalho infantil torna-se distante da inspeção e do controle das instituições do Estado e órgãos fiscalizadores. De acordo com Singer (2000), independente de como é denominado esse setor informal: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência; trata-se de algo estritamente antigo, que data dos primórdios da Revolução Industrial.

O trabalho infantil, assim, impede que a criança/adolescente tenha um desenvolvimento harmonioso, visto que resulta em amadurecimento precoce, retirando horas de lazer, de sono, de estudo, roubando um tempo extremamente precioso, que seria dedicado a vivenciar uma infância mais rica e construtiva, como sugere Cosendey (2002). O envolvimento de crianças com adultos faz delas indivíduos que deixam de

passar, gradualmente, para a fase adulta, já que lhes impõem, precocemente, responsabilidades e cobranças (COSENDEY, 2002).

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira fase da pesquisa constituiu uma ampla revisão de literatura sobre o tema, com a finalidade de aprofundar os conhecimentos e ter contato com o maior número de pesquisas possíveis. Nessa fase, foi realizado, também, o levantamento numérico de dados junto às bases da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD).

A segunda etapa da pesquisa caracterizou-se pelo levantamento primário de informações junto aos agentes que participam diretamente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Viçosa (PETI) – MG. Foram entrevistados 63 participantes do (PETI) em Viçosa (MG). Essas crianças e adolescentes estão alojados em quatro sedes, distribuídas espacialmente dentro dos limites do município. Foram entrevistados, também, doze monitores que trabalham com crianças e adolescentes oriundos do Projeto PETI⁷.

O passo seguinte foi o levantamento de informações mediante aplicação de questionários, seguidos de entrevistas. Entretanto, durante a pesquisa, foram necessários ajustes metodológicos para obter melhor confiabilidade dos dados coletados. Assim, com apoio didático externo, foram inseridas duas dinâmicas distintas⁸ para as crianças e

⁷ Para que as crianças e adolescentes ingressem nessas entidades, seus responsáveis legais (pai, mãe ou outros) devem assinar um termo de compromisso. Ao assiná-lo eles tomam ciência que os seus filhos poderão participar de pesquisas acadêmicas por parte de outras instituições, assim como divulgar fotos e participar de outros projetos. Dessa forma, foram distribuídos apenas bilhetes, justificando a pesquisa realizada, aos pais ou responsáveis. Não se tratava de autorização, apenas um comunicado explicando o porquê e as intenções da pesquisa. Porém, como no CENTEV não havia esse tipo de termo de compromisso, recorreu-se à elaboração de autorizações para que fossem enviadas aos pais. Tal documento deveria conter as seguintes informações: nome da criança/adolescente e assinatura dos pais ou responsáveis. Assim, só foram entrevistadas as crianças e os adolescentes cujos pais ou responsáveis autorizaram a participação na pesquisa.

⁸ Os desenhos ou textos, por sua vez, propunham que o entrevistado representasse, no papel, o seu cotidiano, antes e depois de entrar no Programa PETI. Pelo desenho ou texto, a criança/adolescente poderia mostrar algo que foi omitido durante o processo de entrevista. O objetivo central dos desenhos era retratar o antes e o depois do ingresso do entrevistado no PETI. De forma complementar, a dinâmica com palavras tinha a proposta de trabalhar palavras ou frases sendo elas: trabalhar, estudar, escola, família, pedir nas ruas, não ter escola, não ter família, ficar nas ruas, amigos, brincar, alegria e ajudar alguém em algum serviço ou trabalho. As crianças e os adolescentes deveriam escolher as palavras ou frases que estivessem presentes em seu cotidiano, antes de participar do PETI. Tal dinâmica foi inserida, durante um teste, em uma amostra de entrevistados e constatou-se dificuldade de descobrir se o

adolescentes: uma baseada na proposição e análise de desenhos e outra, em palavras e frases distintas, que deveriam ser identificadas pelos entrevistados, além dos questionários padronizados. No caso dos monitores, também foram aplicados questionários, seguidos de entrevistas individuais.

Posteriormente, ao término das entrevistas com os participantes do PETI, foi iniciada uma nova fase, que consistiu na aplicação de questionários, seguidos de entrevistas, com os familiares dos participantes do programa. De posse das informações, procedeu-se à fase final da compilação, sistematização e análise das informações obtidas.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 A atuação do PETI em Viçosa/MG - Considerações iniciais

Desde o início, o cadastramento das famílias selecionadas a participar do PETI é feito na Secretaria de Assistência Social para que, logo em seguida, os responsáveis pelo cadastro possam fazer uma visita às famílias. O critério de ingressos para cadastrar uma família no PETI segue dois parâmetros fundamentais: em primeiro lugar, avalia-se se a criança está exercendo alguma atividade de trabalho e, em segundo, considera-se a renda familiar.

Após análise e seleção feita pela Secretaria de Ação Social do município, os dados e informações dos interessados são encaminhados para o Ministério do Desenvolvimento Social, que libera a verba para a inclusão dos mesmos. A liberação do recurso é feita pelo Governo Federal, de acordo com as famílias encaminhadas pela Secretaria Municipal.

Em termos de localização, o programa está espacialmente distribuído em três unidades pelo município: a Ação Social Evangélica Viçosense - Rebusca, dividida em dois núcleos (um no bairro de Posses e outro na PH-Rolfs, no centro da cidade), o

entrevistado trabalhava ou não, antes do PETI. Aqueles que, durante a entrevista, não mencionaram executar nenhum tipo de trabalho, ao pedir que escolhessem as palavras ou frases, alguns escolhiam a palavra “trabalhar” ou “ajudar alguém em algum serviço ou trabalho”, facilitando, assim, a identificação dos que, em algum momento, mantiveram ou mantinham relações de trabalho.

Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional de Viçosa (CENTEV) e a Associação Esportiva de Viçosa (AEV). Os trabalhos, desenvolvidos dentro de todas as sedes que possuem participantes do PETI, são diferenciados, assim como as horas permanecidas durante a semana de cada participante.

As unidades de atendimento têm ação setorizada espacialmente. A Rebusca unidade centro atende a crianças e adolescentes oriundos de diversos bairros da cidade, diferentemente da Rebusca de Posses, em que a maioria é composta por participantes oriundos de bairros que circundam a sede, como Nova Viçosa e Posses, que possuem índices socioeconômicos mais baixos. O mesmo acontece com a sede do CENTEV, normalmente frequentada apenas pelos moradores de bairros mais próximos, como Silvestre, Novo Silvestre e João Braz.

Na Rebusca, tanto da área central como da área periférica, são desenvolvidos o reforço escolar, atividades lúdicas, ensino religioso, educação ambiental, aulas de ética e cidadania, aulas de dança, informática e atividades esportivas. O núcleo CENTEV, localizado no bairro Silvestre, atende a crianças e adolescentes oriundos do PETI, em dias variados, e a atividade desenvolvida ali é o futebol.

6.2 Perfil das crianças e adolescentes atendidos pelo PETI-Viçosa/MG

Como mencionado, foram entrevistados 63 participantes do PETI no município de Viçosa-MG. Desse conjunto, apenas 17 crianças alegaram, durante a triagem executada, já ter desenvolvido, em algum momento, atividades laborativas, seja esporádica ou permanente. Isso indica que, de alguma forma, existem disparidades entre o perfil desejado do participante do Programa e aqueles que efetivamente o cumprem.

Naturalmente, parte desse problema deve-se à natural dificuldade de identificação das crianças ditas trabalhadoras, pois muitos pais negam que os filhos trabalham temendo represálias institucionais e, ou, são incluídas famílias que, apesar de não possuírem crianças trabalhadoras são carentes e 'precisam de ajuda'. Todavia, como a pesquisa busca compreender o perfil das crianças que declaram trabalhar, o universo avaliado passou a ser composto pelos 17 indivíduos, para os quais foi possível proceder à avaliação.

Em termos da faixa etária, as idades dos entrevistados variaram de 10 a 16 anos, sendo que a maioria foi composta por indivíduos de 10 a 12 anos (52,9%), seguida de 35% do grupo de 13 a 15 anos e 11,8% do grupo de 16 e 17 anos. Desse total, a maioria era de indivíduos do sexo masculino (82,35%) e o restante, do sexo feminino (17,65%). Como esperado, em virtude das características do município – predominantemente urbano -, a maioria dos entrevistados é oriunda da zona urbana (88,2%) e apenas 11,8% da zona rural. Outro fator característico entre os entrevistados é que a grande maioria era originária de bairros periféricos, residindo em condições de infraestrutura bastante precária. Os bairros onde os participantes residiam eram: Nova Viçosa, Silvestre, Novo-Silvestre, Carlos Dias, Posses e São Sebastião. Dos egressos da zona rural, os entrevistados eram quase todos da localidade de Posses.

Em relação à idade em que começou a desenvolver alguma atividade, dentre os entrevistados, parcela relevante (41,2%) afirmou que começou a trabalhar quando tinha entre 9 e 11 anos; outros 35,3% entre 12 e 14 anos; e os demais entre 6 e 8 anos (17,6%). Apenas um entrevistado alegou não se recordar em que idade começou a exercer algum tipo de trabalho (5,9%). A Tabela 1 explicita as atividades que as crianças já exerceram, de acordo com idade em que iniciou a atividade laborativa.

Tabela 1 – Idade declarada em que a criança começou a trabalhar, exercida de acordo com sexo dos participantes do PETI – Viçosa (MG) - 2008

Idade	Doméstica feminina	Doméstica masculina	Agropecuária masculina	Comércio masculino	Outros * masculino	Total
6 a 8	33,3%	0%	0%	0%	66,7%	100,0%
9 a 11	28,6%	14,3%	14,3%	28,6%	14,3%	100,0%
12 a 14	16,7%	0%	0%	33,3%	50,0%	100,0%

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo – 2008. Elaborado pelas autoras, 2009

* Nesta coluna estão incluídas as atividades ligadas à construção civil e ao recolhimento de latinhas nas ruas para revenda.

Uma questão interessante, já indicada na literatura e que pôde ser constatada pela pesquisa, refere-se ao fato de que as meninas (crianças e adolescentes) exerciam apenas atividades domésticas, enquanto os homens eram responsáveis por um leque

maior de atividades, tendo as atribuições domésticas masculinas pouco destaque. Outro dado que merece menção é o fato de que algumas crianças exerciam trabalhos esporádicos; ou seja, eram exercidos apenas em alguns dias da semana ou em algumas épocas ao longo do ano, neste último caso, normalmente, com duração pré-estabelecida e, ou, término já definidos, mas com certo grau de frequência – sempre superior à uma hora por semana.

Segundo as entrevistas, as atividades eram normalmente remuneradas (76,5%); porém, aproximadamente um quarto dos indivíduos exercia atividades sem receber nenhuma remuneração financeira (23,5%). Em geral, para os que começaram a trabalhar entre 6 e 8 anos, 66,7% recebiam algum tipo de pagamento, enquanto 33,3% não recebiam nenhum benefício; entre 9 e 11 anos, 100% recebiam remuneração; e no grupo de 12 a 14 anos, 50% contavam com remuneração na época em que a atividade laborativa era desempenhada.

A remuneração pelo trabalho prestado se dava, usualmente, através do dinheiro, mas houve casos (11,76%) em que a criança, além do dinheiro, recebia também frutas e refrigerantes como pagamento pela atividade desempenhada. Segundo os entrevistados, o regime de pagamento era mensal (46,2%), semanal (30,8%) ou ainda diário (23,1%). Nota-se, Tabela 2, que a jornada de trabalho era diferente de acordo com a atividade exercida pela criança e que a maioria dos entrevistados exercia atividades de 2 a 4 horas por dia (58,8%).

Tabela 2 – Jornada de trabalho de acordo com a atividade exercida, 2008

Atividade	2 a 4 horas	5 a 6 horas	Mais de 8 horas	Total
Doméstica feminina	50,0%	50,0%	0%	100,0%
Doméstica masculina	100,0%	0%	0%	100,0%
Pecuária	100,0%	0%	0%	100,0%
Comércio masculino	25,0%	75,0%	0%	100,0%
Outras* masculino	71,4%	14,3%	14,3%	100,0%

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo – 2008. Elaborado pelas autoras, 2009.

* Nesta linha estão incluídas as atividades ligadas à construção civil e ao recolhimento de latinhas nas ruas para revenda.

Apesar da realidade apresentada pelas crianças/adolescentes, parcela importante (82,4%) afirmou 'sentir-se feliz' ao executar algum tipo de trabalho. Alguns responderam que se sentiam felizes pelo fato de ter de trabalhar, 'afinal, estavam ajudando o responsável nas despesas da casa', enquanto outros responderam que sua satisfação residia no fato de receber algum valor monetário com a finalidade de adquirir os bens que desejavam.

Todas as crianças e adolescentes entrevistados alegaram frequentar a escola enquanto exerciam algum tipo de trabalho, porém, ao se referir às questões como frequência, notas e relacionamento com os colegas, as respostas tendiam a diferenciar-se. No que diz respeito à frequência às aulas, 88,2% afirmaram que frequentavam assiduamente as aulas, mas 11,8% responderam que não o faziam com a regularidade necessária. Os motivos mais recorrentemente alegados para o absenteísmo foram a não atratividade da escola e a ocupação em cuidar dos irmãos, no caso da ausência de um dos responsáveis.

Em se tratando das notas escolares, 58,8% afirmaram que, mesmo ocupados com outras atividades, mantinham boas notas na escola; 41,2% afirmaram que, na época em que exerciam trabalhos, suas notas, comparativamente com o período sem o trabalho, eram menores. No quesito relacionamento com os colegas da escola, 70,6% mencionaram que mantinham bom relacionamento com os colegas, contra 29,4% que alegaram manter um relacionamento médio com os colegas. Ao serem questionados sobre o porquê do relacionamento não ser bom, alguns afirmaram que os colegas da escola os provocavam, enquanto outros afirmavam ser tímidos, o que dificultava o relacionamento. Não houve respostas que indicassem diretamente participação do trabalho no relacionamento com os colegas.

A pesquisa procurou, também, verificar o grau de motivação dos entrevistados em frequentar as aulas, ou seja, se eles gostavam de frequentar a escola enquanto exerciam algum tipo de trabalho. Quando questionados sobre esse tema, 70,6% afirmaram que gostavam de ir à escola. Notou-se, entretanto, que a escola, na primeira resposta, mantinha diferentes funções e significados, pois 29,4% a frequentavam somente para brincar/lazer; 23,5% gostavam de ir à escola para aprender/estudar; 5,9% frequentavam por causa dos colegas; 5,9% por causa do lanche; e 5,9%, por acreditar que ir à escola é sinônimo de conseguir um futuro melhor. De acordo com a pesquisa,

29,4% afirmaram não gostar de ir à escola e diferentemente do exposto acima, a escola materializava apenas um significado pouco expressivo, ou seja, a escola era tida como um espaço cansativo/entediante.

Analisando as informações coletadas, não se pode deixar de considerar aspectos correlatos que podem ser capazes de interferir no padrão das respostas obtidas. Fatores como perfil familiar, harmonia da residência, entre outras questões, até certo ponto subjetivas, que emergiram nas falas das crianças e adolescentes, mostraram interferir diretamente no seu comportamento. Logo, acredita-se que as pessoas que residem com as crianças tendem a influenciar, ou não, a sua entrada no mercado de trabalho. No caso do município de Viçosa-MG, os dados da pesquisa apontam que 64,7% dos entrevistados residiam com o pai e com a mãe; 17,6% residiam com a mãe e parentes; 11,8% somente com a mãe; e 5,9%, com a mãe e o padrasto. A Tabela 3 relaciona a idade em que a criança começou a trabalhar com os responsáveis com os quais residiam até então.

Tabela 3 – Idade em que a criança começou a trabalhar, de acordo com a informação concedida pelos *responsáveis com os quais a criança residia à época da pesquisa - 2008*

Idade da criança	Pai e mãe	Mãe e padrasto	Mãe e parentes	Mãe	Total
6 a 8 anos	33,3%	33,3%	0%	33,3%	100,0%
9 a 11 anos	71,4%	0%	28,6%	0%	100,0%
12 a 14 anos	66,7%	0%	16,7%	16,7%	100,0%
Total	62,5%	6,3%	18,8%	12,5%	100,0%

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo – 2008. Elaborado pelas autoras, 2009.

Como dito, uma das causas que poderiam contribuir para o trabalho infantil está relacionada com o tamanho e com a estrutura da família, visto que muitas crianças tendem a trabalhar mais quanto maior for o número de irmãos, principalmente de irmãos mais novos, como afirmou Kassouf (2005).

De acordo com as informações levantadas na pesquisa, constatou-se que a maioria dos entrevistados possuía irmãos (ãs) (94,1%); desse total, 47,1% afirmaram possuir de 1 a 3 irmãos e 47,1%, de 4 a 8 irmãos, ou seja, quase a metade pertenciam a famílias com numerosos filhos. Verificou-se que os irmãos dos entrevistados também

exerciam trabalhos ou se já tinham exercido. Constatou-se que 58,8% exerciam ou já tinham exercido algum tipo de trabalho e que 35,3% ainda não tinham trabalhado. Apenas 5,9% dos entrevistados alegaram não se recordar se os irmãos já tinham trabalhado quando menores. Kassouf (2005) afirmou que os irmãos mais velhos tendem a trabalhar mais para que os mais novos possam estudar; analogamente, em Viçosa (MG), 35,3% dos entrevistados alegaram que eram os mais velhos dos irmãos.

Além da definição de um perfil dos participantes do PETI, esta pesquisa se propôs a analisar o lado lúdico das crianças e adolescentes. A proposta, neste caso, era verificar se eles tinham algum momento para brincar ou se tinham outro tipo de lazer, enquanto trabalhavam, antes de entrarem no PETI⁹. Parcela significativa dos entrevistados (94,1%) respondeu que tinham momentos lúdicos e a maioria das brincadeiras e momentos de lazer tendia a se diversificar, de acordo com a questão de gênero. Dentre as respostas obtidas, as meninas entrevistadas afirmaram que a maioria das brincadeiras e momentos de lazer se resumiam a: boneca, casinha, TV, música, amarelinha e pique-esconde. Já o universo lúdico dos meninos era composto por maior variedade de brincadeiras e momentos de lazer, se comparado ao universo das meninas: bola, bicicleta, pique-esconde, pique-pega, queimada, bandeirinha, tacobol, TV, futebol, gibi, carrinho, esconde-esconde, pipa, carrinho de rolimã, bolinha de gude, peteca e vôlei.

Como parte do objetivo geral da pesquisa foi analisar a atuação do PETI em Viçosa, foi perguntado às crianças e adolescentes entrevistadas se eles haviam gostado de entrar no PETI e na instituição que abrigava o programa. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que gostaram de entrar no PETI e, ao serem questionados sobre o que havia melhorado após a entrada no programa, todos afirmaram que o desempenho na escola havia melhorado muito. Além disso, 88,2% responderam ter mais tempo para brincar e 70,6% afirmaram não se sentir mais tão cansados. A Tabela 4 revela outros aspectos positivos, que, na opinião de alguns entrevistados (64,7%), melhoraram após a entrada no PETI.

⁹ Silva (2003) alega que o sentido da palavra ludicidade deveria ser entendido como uma ação sentida e vivida, concretizada em fantasias, imaginações e sonhos, exercendo um poder criativo do imaginário humano, levando a construção de um universo em que o criador se encontra no centro.

Tabela 4 – Aspectos positivos do PETI, de acordo com os participantes – 2008

Disciplina/Comportamento	29,4%
Complemento Escolar	11,8%
Mais amigos	17,6%
Benefício	5,9%
Total	64,7%
Não responderam	35,3%

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo – 2008. Elaborado pelas autoras, 2009.

6.3 Perfil dos monitores e padrão das atividades do PETI em Viçosa-MG

Como mencionado, foram entrevistados 12 profissionais, monitores do PETI em Viçosa. O intuito desse levantamento foi traçar o perfil dos monitores, assim como o perfil dos participantes do programa, de acordo com o trabalho deles e da entidade que abriga o programa. Por finalidade didática, os monitores foram classificados conforme faixa etária, em dois grupos; o primeiro com idade entre 20 e 25 anos, que correspondiam a 58,3% do total dos entrevistados, e o restante na faixa de 26 a 40 anos.

Do total dos entrevistados, a maioria (83,3%) já havia concluído o Ensino Superior ou estava concluindo. Os cursos frequentemente relacionados foram Pedagogia, Educação Física e Ciência da Computação. Apenas 16,7% haviam concluído somente o ensino médio.

Muitos dos monitores entrevistados (58,3%) trabalhavam com crianças e adolescentes, oriundos do PETI, havia apenas um ano. A maior parcela dedicava 4 horas por dia aos trabalhos com os participantes e a outra parcela, 8 horas por dia. De acordo com a avaliação de todos os monitores, o programa estaria sendo bom para a criança/adolescente, auferindo resultados positivos relevantes.

Segundo os monitores, o PETI tem diferentes significados e aspectos de importância, sendo que, para a maioria deles (25%), o programa é eficaz no combate ao trabalho infantil. Também foi mencionado que o programa é responsável pela retirada das crianças/adolescentes das ruas; pela valorização e aumento da autoestima dos participantes, assim como pela melhoria no relacionamento; pela permanência na escola; pelo fornecimento de uma alimentação adequada; e pela assistência financeira.

No que tange à percepção do programa em que atuam como profissionais, os monitores tinham visões diferenciadas. De acordo com 41,7% dos entrevistados, o programa tem alcançado resultados positivos; 16,7% afirmaram que o programa é um complemento das atividades escolares; para outros 16,7% ele deveria ser melhor divulgado pelo Governo Federal, assim como pelas prefeituras, por meio de suas Secretarias de Assistência Social; e para 8,3%, o programa seria um auxílio financeiro, um apoio à família. Do total de monitores entrevistados, 16,7% não responderam a esta questão.

Com o intuito de saber um pouco mais sobre o PETI, em Viçosa, e até mesmo a sua atuação nas instituições onde está presente, foi questionado aos monitores se já havia casos de crianças/adolescentes que abandonaram o PETI. Segundo 58,3% dos entrevistados, não houve casos de abandono, enquanto 41,7% responderam que sim. Foi verificado, também, se havia algum tipo de monitoramento, avaliação ou relato que comprove uma melhora no comportamento dos participantes do programa na escola, em relação à frequência, notas e relacionamento com os colegas. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Avaliação da vida estudantil do participante após entrada no PETI, 2008

	Sim	Não	Não soube responder	Total
Deixou de faltar muito às aulas?	66,7%	X	33,3%	100%
Melhorou nas notas?	66,7%	X	33,3%	100%
Melhorou no relacionamento com os colegas?	41,7%	X	58,3%	100%

Fonte: Dados coletados em pesquisa de campo – 2008. Elaborado pelas autoras, 2009.

No item relacionamento com os colegas, alguns monitores afirmaram ser difícil saber se houve, de fato, algum tipo de melhora significativa na escola, por parte do participante do PETI. Já no item frequência escolar, a maior parte dos entrevistados afirmou ter tido melhora significativa, afinal, um dos requisitos para ter acesso ao PETI é, além da frequência na instituição, a frequência escolar.

6.4 Família, trabalho infantil e PETI em Viçosa-MG

No processo de acesso às famílias dos integrantes do PETI em Viçosa, foram selecionadas 15 famílias; destas, apenas 10 autorizaram a visita às suas residências para que pudesse ser realizada a entrevista. A pesquisa procurou traçar o perfil dessas famílias, bem como detectar possíveis condicionantes, oriundos das famílias, que tendem a levar ao trabalho infantil.

A entrevista foi realizada apenas com as mães dos participantes do PETI. Na maior parte das vezes, era apenas a mãe quem se dispunha para tal, mas quando o pai também estava presente, era a mãe que optava por conceder a entrevista.

Segundo Peres (1999), a escolaridade dos pais é tida como um dos condicionantes do trabalho infantil. Observa-se que, com o aumento do nível de escolaridade da mãe, a probabilidade de a criança trabalhar diminui ainda mais, e, no caso do pai, se este possuir um nível de escolaridade maior, também influenciará de forma positiva na vida de seus filhos, principalmente na vida dos meninos. De acordo com a pesquisa, verificou-se que 100% das mães e dos pais possuíam somente o primeiro ciclo do ensino fundamental incompleto.

Alguns pesquisadores foram unânimes ao afirmar que o aumento na renda familiar tende a reduzir a probabilidade de a criança ou adolescente trabalhar, aumentando, assim, as chances de estudar. Segundo dados coletados, a maioria das famílias (40%) entrevistadas possuía renda familiar per capita de R\$ 200 a 400, e 30%, de R\$ 400 a R\$ 600.

Outro determinante significativo do trabalho infantil, associado, muitas vezes, ao ciclo da pobreza, é a entrada precoce dos pais no mercado de trabalho. Diversos estudos apontam que as crianças de pais que trabalharam na infância tendiam a ter maior probabilidade de trabalhar. Os pais que trabalharam quando crianças tendiam a enxergar, com mais naturalidade, a entrada precoce dos seus filhos no mercado de trabalho (Kassouf, 2005). Observou-se, na pesquisa, que as mães começaram a trabalhar desde cedo; 50% começaram a exercer atividades entre 8 e 11 anos e 50% entre 12 e 14 anos. Os trabalhos eram diversificados; em sua maioria, eram serviços domésticos, realizados em casa de terceiros; outros, atividades remuneradas como babá, também na

casa de terceiros; trabalhos na área comercial, e, finalmente, trabalhos na zona rural, como capinar e trabalhar nas plantações.

Os pais afirmaram que incentivavam seus filhos a estudar, e o incentivo mais comum era o argumento de ‘estudar para ter um futuro melhor’. É interessante observar que, para os pais, o estudar seria para o filho uma oportunidade de ascensão social. De acordo com Neves (1999), alguns pais tendem a pensar que o diploma escolar é a garantia de um emprego melhor, não enxergando a escola também como um lócus de socialização e de formação moral.

Apesar de as entrevistas fluírem naturalmente, ao se perguntar quais eram os motivos que levavam seus filhos de menor idade a trabalhar, muitas famílias responderam que os filhos nunca trabalharam. Entende-se que esse comportamento se deve ao natural receio em afirmar que o(a) filho(a) já tinha exercido algum tipo de trabalho ou não percebiam a atividade exercida pelo(a) filho(a) como um trabalho, mesmo que rotineiramente. Algumas famílias responderam que os filhos já tinham trabalhado, e os motivos mais correntes eram ajudar nas despesas de casa e porque os filhos gostavam de trabalhar.

A pesquisa procurou, também, verificar se o pai, a mãe ou o responsável pretendia deixar seu filho sem trabalhar, caso ele tivesse que sair do PETI. Os dados recolhidos apontam que 50% das famílias afirmaram que deixariam seus filhos sem trabalhar, caso perdessem o benefício, mas 50% afirmaram que, se o filho perdesse o benefício, e fosse necessário, o colocaria para trabalhar.

7. CONCLUSÕES

A primeira conclusão que se pode extrair desta pesquisa, é definida ainda no momento da triagem feita para determinar os entrevistados, quando parte dos beneficiários não parecia se enquadrar dentro dos requisitos do programa. A focalização adequada das políticas públicas é um dos principais desafios a serem enfrentados pelos tomadores de decisão, sobretudo quando se trata de aplicação descentralizada, como neste caso. Aprofundar nessa aparente discrepância, apesar de escapar aos objetivos desta pesquisa, é uma questão que não se pode desconsiderar.

Apesar de não ser possível tirar conclusões apressadas sobre suas causas, a questão do perfil é importante e mereceria atenção mais detalhada, já que, como mencionado, a falta de confirmação sobre terem trabalhado alguma vez, pode-se dever a diversas razões, desde medo e/ou vergonha de reconhecer isso, até o fato dessa política se propor a evitar que algumas das crianças ou adolescentes beneficiárias que nunca trabalharam comecem a fazê-lo, destino certo caso não fossem beneficiárias do PETI. Obviamente, esse tipo de programa exige controles e avaliações permanentes que impeçam que os recursos estejam destinando-se a grupos sociais distintos dos quais a política visava beneficiar, impedindo-lhe assim de atingir os seus objetivos.

No tocante às disparidades entre participantes oriundos da zona urbana ou rural, observa-se que mesmo que a literatura assinala uma predominância do trabalho infantil na área rural, a participação de beneficiários rurais do PETI é baixa. Também nesse caso, se confirma, portanto, a dificuldade de acesso às políticas públicas para os habitantes rurais.

A desigualdade no número de beneficiários por gênero em Viçosa pode ter vários significados. Aventuramos aqui a hipótese das meninas ficarem a cargo das tarefas domésticas nos seus próprios lares, viabilizando assim o assalariamento das suas mães. Um aprofundamento na pesquisa, com foco na categoria trabalho, seria necessário para poder comprovar os indícios existentes. Mas, nesse sentido, deve-se ressaltar que as questões culturais vinculadas à valoração do trabalho da mulher em geral, são aplicáveis ao trabalho infantil. O trabalho doméstico não tem remuneração estabelecida. Mas, não é só isso, quando um menino, por exemplo, trabalhava só algumas horas aos domingos, era considerado trabalhador. Uma menina de similar idade, embora trabalhasse longas jornadas diariamente em tarefas domésticas, não é considerada trabalhadora, e, portanto, o seu trabalho acaba sendo menos valorizado pela família. Haveria que aprofundar também se essa categoria de meninas “não trabalhadoras” manifesta “sentir-se feliz” por trabalhar em similar proporção a encontrada entre as crianças e adolescentes trabalhadores e se valorizam o seu trabalho da mesma forma.

Por sua parte, os monitores identificaram várias vantagens do PETI (na autoestima, no relacionamento social, na manutenção das crianças na escola, no fornecimento de alimentação adequada) que excedem a assistência financeira e o

combate ao trabalho infantil. Nesse sentido, também na opinião dos entrevistados, o desempenho na escola melhorou muito, viabilizando também maiores oportunidades de lazer e de socialização.

As entrevistas às famílias mostram a valorização do programa e das vantagens a ele atribuídas. No entanto, permite apreciar, também, a diferente representação social do trabalho infantil, com sua conseqüente maior aceitação, devido à própria experiência dos pais quando crianças. Assim, a metade dos entrevistados afirma sua disposição a incorporar seus filhos no mercado de trabalho novamente, caso os benefícios sejam cortados.

Desta forma, a pesquisa permitiu observar a complexa inter-relação de variáveis que influem no trabalho infantil, uma das manifestações da ainda mais complexa realidade da pobreza. Programas como o PETI conseguem ser paliativos para algumas dessas manifestações, mas não poderiam ser considerados uma solução única. Embora possam se identificar pontos para melhorar nesse programa, outras políticas públicas de diferentes tipos deverão ser implementadas, complementando-se sinergicamente, para realmente poder atacar a intrincada e múltipla causalidade da pobreza.

8. REFERÊNCIAS

AMODEO, Nora Beatriz Presno. Esquema de multidimensionalidade de pobreza. (Viçosa – MG, 2005). Palestra proferida no DED/Universidade Federal de Viçosa. 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Trabalho infantil no Brasil: questões e políticas**. Brasília: Presidência da República [s.n.],1998.

COSENDEY, Elvira Mirian V. de M. O trabalho infanto-juvenil: características e malefícios. In: MARQUES, Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antônio (org). **O trabalho infantil: a infância roubada**. Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações de Trabalho, 2002. p. 47-53

UM FUTURO SEM TRABALHO INFANTIL. SINAIT. Fórum Social Mundial, 3, 2003. **Anais...** Porto Alegre: 2003. 87p.

KASSOUF, Ana Lúcia. **Trabalho infantil: causas e conseqüências**. São Paulo,. 2005. Disponível em: < <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/texto.pdf>> Acesso em: 31 jul 2008.

LADERCHI, Caterina R.; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. **Does it matter that we don't agree on the definition of poverty?** A comparison of four approaches. Queen Elizabeth House Working Paper Series no. 107, 2003. Disponível em: < <http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>>. Acesso em: 30 abril 2012.

MACHADO Kenys Menezes. Uma comparação entre a renda e as abordagens multidimensionais da pobreza na bahia. In. II Encontro de Economia Baiana. 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006.

PERES, Andréia. **A caminho da escola: 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 1999.

RAVALLION, Martin. **Issues in measuring and modeling poverty.** World Bank: Policy Research Working Paper 1615, jun. 1996. Disponível em: < www.worldbank.org >. Acesso em: 30 abril. 2012.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Pobrezas e desigualdades no 3º Mundo.** São Paulo: Nobel, 1997.

SILVA, Jorge L. T. da; FERREIRA JUNIOR, Leonardo. N.; ANTUNES, Marcos M. Trabalho infantil: realidade, diretrizes e políticas. In: MARQUES, Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antônio (org). **O trabalho infantil: a infância roubada.** Belo Horizonte: PUC-MG, Instituto de Relações de Trabalho, 2002. p.17-41

SILVA, Maurício Roberto da. **Trama Doce-Amarga (exploração) do trabalho infantil e cultura lúdica.** São Paulo: Editora Unijuí, 2003.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org). **Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p.11-13.

WORLD BANK. **Poverty Manual.** Disponível em: < www.worldbank.org/wbi/povertyanalysis/manual >. Acesso: 23 out. 2002.